

## REASSENTAMENTOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONTINUIDADE DO ESTIGMA DE FAVELA EM UM CONJUNTO HABITACIONAL

Rodrigo Lopes Cavalcanti Ribeiro<sup>1</sup>

Felipe Berocan Veiga<sup>2</sup>

“Me tiraram do meu morro  
me tiraram do meu cômodo  
me tiraram do meu ar  
me botaram neste quarto  
multiplicado por mil  
quartos de casas iguais”.

(Carlos Drummond de Andrade,  
*Favelário Nacional*)

### RESUMO

A nova política urbana na cidade do Rio de Janeiro possui a pauta de remoção de favelas como um dos seus eixos, sendo consideradas “áreas de risco” ou como “área de interesse público” para as olimpíadas. O reassentamento desses moradores é feito nos conjuntos habitacionais construídos pelo *Programa Minha Casa Minha Vida*, reproduzindo um modo de habitar condominial distinto, na maioria dos casos, das favelas. A presente pesquisa etnográfica desenvolve-se em conjuntos habitacionais recém construídos, destinados a receber os reassentados da

1 Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense - PPGS-UFF, bolsista da CAPES, pesquisador do Laboratório de Etnografia Metropolitana – LeMetro/IFCS-UFRJ e professor do CEFET-RJ. O autor agradece os recursos obtidos junto à CAPES para a realização de sua pesquisa acadêmica de caráter etnográfico.

2 Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense - PPGA-UFF, pesquisador do LeMetro/IFCS-UFRJ e professor do PPGS-UFF e do Departamento de Antropologia – GAP/ICHF-UFF. O autor agradece os recursos obtidos na FAPERJ para suas pesquisas nos campos da Antropologia e da Sociologia Urbana.

atual política de reordenamento espacial da cidade. Os objetivos principais são: 1) analisar o processo de adaptação dos moradores nesse novo modo de habitar a cidade; 2) verificar a continuidade do “estigma de favela” que persegue os moradores, apesar da mudança territorial e habitacional. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se que o estigma não está presente apenas no senso comum da população dos diversos estratos da sociedade, mas também na própria estrutura de atuação do poder público.

**Palavras-Chave:** Favelas; Reassentamentos Urbanos; Conjuntos Habitacionais; Estigma.

## URBAN RESETTLEMENTS IN RIO DE JANEIRO: COMMENTS ON THE CONTINUITY OF THE SLUM STIGMA IN A HOUSING COMPLEX

### ABSTRACT

The new urban policies in Rio de Janeiro has the removal of slum areas as one of its goals, labeling these areas as risky or of public interest, due to Olympic Games. The resettlement of these neighborhoods takes them to the housing complexes of the federal program *Minha Casa, Minha Vida*, creating a model of living distinct from the slum areas'. The present ethnographic research takes place in recently built housing complexes destined to receive the population of the removed neighborhoods. The main objectives are 1) analyze the adaptation process of the population in this new housing model 2) verify the continuity of the stigma associated with the slum areas that remains attached to people who came from there, despite the move. Among the many results, it is remarkable that the stigma is not only in the common sense of the many social strata, but also in the structure of the public policies.

**Keywords:** Slum Areas; Urban Resettlements; Housing Complexes; Stigma.

## Introdução

O presente artigo faz parte de uma pesquisa acadêmica, em andamento, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF) e do Laboratório de Etnografia Metropolitana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LeMetro-IFCS/UFRJ). Trata-se de um estudo que tem como objeto dois novos conjuntos habitacionais do *Programa Minha Casa Minha Vida* (MCMV) do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: o Bairro Carioca (Triagem) e o Conjunto Frei Caneca (Estácio). Tal política pública, que possui a meta de diminuir o *déficit* habitacional em todo o território nacional, vem sendo utilizada, no entanto, como programa de reassentamento de moradores de favelas cariocas, consideradas pelo poder público municipal como “áreas de risco”, ou ainda que estão alocados em áreas de interesse da Prefeitura para a execução de obras públicas, sobretudo no momento em que a cidade vive a conjuntura de preparativos para as Olimpíadas.

Atualmente, a cidade do Rio de Janeiro é palco de diversos projetos visando à preparação dos Jogos Olímpicos de 2016 e foi também uma das sedes principais da Copa do Mundo de 2014. Em grande medida, os projetos estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sobretudo no que diz respeito à mobilidade urbana e à chamada “urbanização de assentamentos precários”. Em vista do pretenso “legado dos grandes eventos”, houve uma aceleração no ritmo de determinadas obras, o que serviu de justificativa para várias atuações do poder público municipal em áreas de favelas. As mesmas incluem não apenas instalações esportivas, mas também infraestrutura no campo da mobilidade urbana (expansão do metrô, construção de corredores de ônibus - BRTs, obras viárias de acesso à área urbana, etc.) e projetos de reestruturação de um modo geral. Todas essas transformações vêm promovendo um grande deslocamento populacional por parte do poder público, promovendo remoções e reassentamentos de moradores em áreas de especial interesse, diretamente relacionadas com o acelerado processo de gentrificação em algumas regiões da cidade, diante da especulação imobiliária e do súbito aumento do custo de vida.

A maioria das remoções está localizada em áreas de recente valorização imobiliária da cidade. Os investimentos públicos realizados em transporte privilegiaram esses mesmos espaços, multiplicando as oportunidades de outros inves-

timentos e de retorno financeiro na produção habitacional para classes média e alta e na produção de imóveis comerciais. Quanto às construções destinadas aos atletas e aos equipamentos esportivos – vila dos atletas no Riocentro e Parque Olímpico – serão transformados, após a realização dos jogos, em empreendimentos residenciais de luxo, comercializados pelas empreiteiras “parceiras” dos governos municipal e estadual.

Já os conjuntos habitacionais produzidos pelo MCMV (Faixa 1 - destinada às famílias com rendimentos de até três salários mínimos)<sup>3</sup> para atender à população removida, não estão localizados, em sua grande maioria, nas áreas beneficiadas com investimentos para a Copa e as Olimpíadas, mas nas áreas periféricas da cidade, as quais possuem baixa cobertura dos serviços públicos e da infraestrutura urbana. Cabe destacar que, em muitos casos, um contingente enorme de pessoas reassentadas se defronta, em seus novos locais de moradia, com a ausência ou precarização dos serviços públicos.

A pesquisa empírica que serviu de base para a elaboração deste artigo se fundamenta na experiência etnográfica, a partir do diálogo frutífero e da convivência com os moradores reassentados nos conjuntos habitacionais. A análise parte da investigação do processo de adaptação desses moradores em novos espaços: a saída das favelas, a negociação com o poder público e a realocação nos conjuntos habitacionais<sup>4</sup>. Nesse sentido, também foi levada em consideração as perspectivas de técnicos e representantes do poder público que estão implantando esse novo projeto de reordenamento espacial na cidade. Desse modo, é possível observar como o “estigma de favela”, encarnado em seus antigos moradores, possui nuances e formas de expressão diversas, no senso comum ou até mesmo em represen-

---

3 Em primeiro de janeiro de 2016, com salário mínimo valendo R\$ 880,00, a faixa 1 do programa correspondia a rendimentos até R\$ 2.640,00, equivalente, na mesma data, a U\$670,05.

4 Em sua pesquisa sobre as obras do PAC no Morro do Alemão, Wellington da Silva Conceição (2013), pesquisador do LeMetro/IFCS-UFRJ e do PPCIS-UERJ, utilizou o conceito de *condomínios populares* para novos conjuntos habitacionais semelhantes aos observados nesta pesquisa. Em contexto diverso, Maíra Machado-Martins (2008), pesquisadora do mesmo grupo e professora da PUC-RJ, analisou como *condomínios populares* as ocupações de esqueletos de fábricas ao longo da Avenida Brasil, com suas formas peculiares de organização e de gestão do espaço compartilhado.

tantes de setores do Estado.

## I. Das favelas para o conjunto habitacional

O “Bairro Carioca”, grande conjunto habitacional localizado em antigo terreno de 120.000 m<sup>2</sup>, pertencente à Light Serviços de Eletricidade S/A<sup>5</sup> em Triagem<sup>6</sup>, vem se constituindo, nos últimos quatro anos, como lugar central para a execução dos projetos de reassentamentos urbanos realizados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Em 2011, virou referência no marketing político por ser o mais ambicioso projeto habitacional do governo Eduardo Paes (2009-2016), destinado a moradores removidos de favelas, oriundos de “áreas de risco” e de localidades impactadas por obras da Prefeitura às vésperas da realização dos Jogos Olímpicos de 2016. De acordo com o Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2014), em torno de 4.772 famílias foram removidas, totalizando cerca de 16.700 pessoas vindas de 29 locais mapeados. Desse total, 3.507 famílias, ou seja, 12.275 pessoas de 24 locais, foram removidas por obras e projetos ligados aos megaeventos esportivos. Outras 4.916 famílias de 16 lugares ainda estão sob a ameaça de remoção. Um dos casos mais emblemáticos de resistência e mobilização popular contra essa política de extração autoritária é a Vila Autódromo, em Jacarepaguá, localizada ao lado das obras do futuro Parque Olímpico (FREIRE, 2013).

5 A “Cidade Light”, como era chamada, foi inaugurada no local em 1930. Como a Light era a empresa que tinha a concessão dos principais serviços públicos urbanos – de transporte, de gás encanado, de telefonia e eletricidade –, resolveu-se concentrar em um único lugar toda a fabricação e conservação do material necessário para a manutenção desses serviços. Tais informações estão disponíveis ao público no Museu Light da Energia, situado na Avenida Marechal Floriano, 168 – Centro, Rio de Janeiro.

6 Triagem é uma estação de metrô da Linha 2 e um bairro não-oficial do Rio de Janeiro, na Zona Norte da cidade. O local recebeu esse nome durante o período ditatorial do Estado Novo na Era Vargas, quando instituições militares ali situadas recebiam prisioneiros para uma “triagem”, destinando os presos políticos para centros de detenção específicos. Segundo a delimitação oficial (Decreto n. 3.158, de 23/Jul/1981 e Lei Complementar nº 17, de 29/Jul/1992), a estação de metrô Triagem fica no limite dos bairros de Benfica (onde se situa) e Rocha, que pertencem, respectivamente, às Regiões Administrativas VII - São Cristóvão e XIII - Méier.

Uma parcela dos moradores removidos foi reassentada no novo conjunto “Bairro Carioca”. Esse complexo habitacional está localizado há quinze minutos em transporte público do centro da cidade, ao lado de uma estação de metrô e de um importante ramal ferroviário. O lugar ainda possui uma significativa oferta de linhas de ônibus para diferentes regiões da cidade. O conjunto rapidamente erguido com placas pré-moldadas de concreto é composto por 2.240 unidades habitacionais, divididas em 120 prédios e distribuídas por 11 condomínios padronizados e vizinhos. Em torno de três mil famílias residem no local.

Como serviços e atrativos desse novo “bairro” resultante do planejamento oficial, a prefeitura construiu uma escola municipal, uma clínica da família, uma praça com um centro de inclusão digital, um ginásio poliesportivo equipado, uma academia de ginástica, um espaço para a construção de um mercado popular, praças e áreas de lazer entre os blocos. Além disso, o Bairro Carioca dispõe de espaços para depósito de lixo, saneamento, rede de esgoto, água encanada, gás encanado e iluminação pública. Como pontos notáveis da publicidade oficial estão a localização, a facilidade de acesso e a oferta de equipamentos públicos.

A primeira visita ao Bairro Carioca aconteceu em março de 2014, com o propósito de iniciar a pesquisa etnográfica sobre a nova localidade e o processo de “mudança social dirigida” em curso (VOGEL & MELLO, 1989), evidenciando a tensão entre a aderência e a resistência às mudanças por parte dos novos habitantes. Ao entrarmos nas instalações do conjunto habitacional, conhecemos Sr. o primeiro morador a chegar ao empreendimento e, naquele momento, esse se tornou um dos interlocutores qualificados na etnografia do conjunto.

Nosso anfitrião chegou ao Bairro Carioca em agosto de 2012, após morar por 40 anos no morro do Salgueiro, na Grande Tijuca. Casado e pai de onze filhos, se tornou um dos expoentes do início de nossa pesquisa de campo como “personalidade pública vocacional” do lugar (JACOBS, 2000), fundamental no acolhimento dos novos moradores. Sua antiga casa no morro do Salgueiro foi condenada pela GEO-Rio<sup>7</sup> por situar-se em “área de risco”. Após sair de sua

---

7 A Fundação Instituto de Geotécnica – Geo-Rio – é o órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável pelo monitoramento e contenção de encostas e pela definição das localidades que são consideradas “áreas de risco”.

---

residência, passou a receber o aluguel social<sup>8</sup>, até ser beneficiado por um apartamento no Bairro Carioca. Ao descrever sua experiência, disse que, ao chegar no conjunto habitacional, pôde escolher o apartamento no Lote 1, apesar de, na ocasião, a Direcional Engenharia<sup>9</sup> ainda estivesse fazendo obras por todo espaço. O interlocutor nos mostrou que havia três lotes para serem inaugurados e que, na época, “ainda tinha muita gente para chegar”.

Durante essa primeira ida a campo, o síndico de um dos condomínios informou que estava prevista a entrega das últimas 740 unidades habitacionais às pessoas oriundas de favelas que ainda não tinham recebido o benefício pela prefeitura. Esse dado construiu um roteiro de novas visitas ao campo, uma vez que comporia uma excelente oportunidade para presenciar a chegada de uma parte considerável dos moradores ao novo conjunto.

A entrega simbólica das chaves em palanque, em meio a aplausos e discursos políticos, ocorreu em uma manhã de sábado, no dia 17 de maio de 2014, com a presença do prefeito Eduardo Paes e de diversas autoridades municipais. As famílias que receberam as novas residências eram oriundas das seguintes favelas: Vitória de Manguinhos, Varginha, Mandela de Pedra (Manguinhos), Bananal (Tijuca), Chupa-Cabra (Jacaré), Morro de São João (Engenho Novo) e também dos complexos do Alemão e da Penha.

O que chamou a atenção, naquele momento, foi a origem diversificada daquela população, em uma nova *diáspora urbana forçada* que, de certo modo, atualizava as grandes remoções praticadas no Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 1970,<sup>10</sup> como uma nova política de reassentamentos no município. Trata-se do Benefício assistencial temporário, instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, destinado a atender às necessidades advindas da remoção de famílias residentes em áreas de risco ou desabrigadas por enchentes e outras calamidades. Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686> (Acessado em 21/05/2015)

9 Construtora imobiliária sediada em Belo Horizonte, com atuação no mercado em 12 Estados brasileiros, responsável pela execução das obras nas unidades habitacionais do Bairro Carioca.

10 A expressão *diáspora urbana forçada* foi utilizada por Marco Antonio da Silva Mello e Soraya Silveira Simões para referirem-se às políticas urbanas praticadas nos governos Carlos Lacerda (1960-1965), Negrão de Lima (1965-1971) e Chagas Freitas (1971-1975) à frente do antigo Estado da Guanabara. Calcula-se que, nesse período, 80 favelas foram erradicadas e



-se de um movimento de grandes contingentes populacionais dentro da cidade, derivado da política de reordenamento do solo urbano, no qual se reassentam compulsoriamente moradores de origens distintas em um mesmo espaço planejado, determinando a reconstrução das redes sociais e, a médio e longo prazo, artificialmente produzindo um sentimento de pertencimento comum ao novo conjunto. Os aspectos plurais dos arranjos de vida são resumidos em um único espaço territorial, levando à fragmentação das redes sociais em face das ações remocionistas.

## 2. Muda-se o lugar, permanece o estigma

O processo de reassentamento de moradores que residem em lugares ou de “interesse público” ou das chamadas “áreas de risco” em favelas, geralmente, vem acompanhado de um discurso oficial de melhorias na qualidade de vida em um novo espaço urbano. Ao sairmos dos muros do conjunto habitacional e conversando com a população de Triagem e dos bairros tradicionais de Rocha e Benfica, é possível observar uma estigmatização por parte dos moradores locais mais antigos com os novos habitantes que estavam chegando.

No jogo das fofocas depreciativas (*blame gossip*) e estereótipos recíprocos envolvendo estabelecidos e *outsiders* recém-chegados (ELIAS & SCOTSON, 2000), impressionou em um determinado momento da visita ao campo, onde, em uma padaria próxima ao conjunto, foi escutado um dos atendentes dizer que “aumentaria a violência no local”, já que a prefeitura estava “colocando milhares de favelados juntos dentro do mesmo bairro”. Ao analisarem a transferência de uma fábrica e de seus operários para um pequeno distrito estabelecido nos arredores de Leicester, na Inglaterra, Norbert Elias e John L. Scotson (2000, p.125) observaram que “as fofocas de modo algum tinham apenas a função de apoiar as pessoas aprovadas pela opinião dominante e consolidar as relações entre os moradores. Tinham também a função de excluir pessoas e cortar relações”, tornando-se, assim, “um instrumento de rejeição de extrema eficácia”. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.125)

Em 1963, Erving Goffman (2008) desenvolveu o conceito sociológico de estigma a partir do estudo das interações face a face que um ator estabelece com

---

140 mil moradores foram removidos para as periferias da cidade (MELLO & SIMÕES, 2014).

o outro, quando, inconscientemente, faz exigências prévias de que esse possua determinados atributos que preencham e se encaixem nas expectativas sociais. Nos casos de inadequação, em que o indivíduo portador de um ou mais atributos depreciativos possui características diferentes das que haviam sido previstas, o mesmo passa a ser, portanto, estigmatizado. No quadro das experiências cotidianas, o autor sugere que se considerem as identidades deterioradas e os comportamentos desviantes, definidos a partir de um conjunto de normas construídas e aceitas socialmente. O desvio representa o não cumprimento de tais normas e expectativas sociais. Uma condição necessária para a vida em sociedade é que todos os participantes compartilhem de um único conjunto de expectativas normativas, uma vez que as normas são sustentadas porque foram, em parte, socialmente incorporadas. Segundo o autor, “quando as regras são quebradas surgem, de imediato, medidas restauradoras adotadas pelos agentes de controle” (GOFFMAN, 2008, p.56).

Tal cumprimento ou não das normas sociais está intimamente relacionado à formação das identidades individuais, o que depende não só da vontade de cada um, pois muitas vezes sua própria condição inferiorizada o impede. No caso da sociedade norte-americana analisada pelo autor, estabeleceu-se uma norma comum, um modelo ideal de *status* para o homem branco, jovem, casado, pai de família, urbano, protestante, com educação universitária, “bem empregado”, com “boa aparência física”, enquanto “aqueles que não possuem um desses requisitos podem se sentir incompletos, inferiores” (*idem, ibidem*:109). Pessoas visivelmente estigmatizadas são, certamente, as mais afetadas na construção e na expressão pública de sua identidade.

Para Goffman (2008), a pessoa desviante deveria ser denominada de “desviante normal”, pois é inerente a todas as sociedades a existência de normas sociais e o fato de que nunca são totalmente cumpridas. Normas, portanto, existem para serem quebradas. O “normal” e o “estigmatizado” integram, nesse jogo de papéis sociais, um mesmo complexo. As pessoas vivem, constantemente, ambas as situações conforme a situação, estando mesmo equipadas para isso, desenvolvendo diferentes táticas para evitar situações de embaraço. Essas duas representações se interpenetram na vida social, tendo cada indivíduo vivenciado, em algum momento da sua vida, um desses dois papéis ao menos uma vez. Assim, o autor propõe que os “normais” e os “estigmatizados” não sejam percebidos como

um conjunto de indivíduos, mas como perspectivas relacionais, geradas nas situações sociais interativas a partir de normas e expectativas não cumpridas. E como o que está em pauta é a interação de papéis sociais e não de pessoas concretas, pode acontecer de uma pessoa ser estigmatizada por um determinado olhar e não ser por outra pessoa ou grupo. O autor aponta, ainda, para a função social do processo da estigmatização, fortalecendo a lógica da sociedade, ativando formas de controle social e diminuindo a competitividade.

A favela carioca, desde sua origem, possui tanto romantizações e idealizações (na música popular, na pintura, na literatura) quanto estigmas e preconceitos (no discurso político, nos jornais, no senso comum) a ela associados. Mais do que isso, os estigmas são essenciais na construção do próprio conceito de favela, associados de forma inexorável ao lugar e a seus habitantes. Em seu quadro de representações negativas, expressas, por exemplo, na legislação municipal carioca desde o Código de Obras de 1937 (GONÇALVES, 2013), a favela é a própria encarnação urbana do estigma, da precariedade e do atraso, pois aponta para uma área urbana marcada por sinais exteriores do que não deveria haver numa cidade que se pretende “moderna” e “civilizada”. É definida, *a priori*, pela ausência: sem água, sem luz, sem serviços públicos, sem propriedade legal, sem higiene, sem segurança, sem estética, sem governo, sem modos. Mesmo saindo da favela e indo para os conjuntos habitacionais, as marcas sociais de origem permanecem, recaindo moralmente sobre seus ex-moradores em seus novos bairros e endereços (BRUM, 2012). O estigma, no entanto, não é uma via de mão única. Constitui-se no quadro das interações sociais partilhadas por diversos agentes, dentre eles, aqueles sobre quem o próprio estigma recai, que sofrem suas consequências no cotidiano e que manipulam, a seu modo, sua identidade deteriorada.

### **3. A atuação do poder público nos espaços estigmatizados**

A conjuntura em 2009 foi muito propícia para o começo da aplicação das mudanças urbanísticas e o reordenamento habitacional carioca. Eduardo Paes foi eleito com amplo apoio e financiamento dos setores imobiliários, com destaque para os aportes financeiros de diversas empreiteiras: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Gafisa, dentre outras. Ao mesmo tempo, a cidade já estava fortemente inserida nas obras do PAC e no começo da experiência das Unidades

de Polícia Pacificadora (UPPs) e, para completar a conjunção de fatores favoráveis a consolidação do MCMV, o Rio de Janeiro foi eleito a próxima sede das Olimpíadas, além de se destacar como um dos principais palcos para a realização da Copa do Mundo em 2014.

A partir da exaltação do Rio como cidade dos megaeventos, o poder público local passou a usar expressões como “precisamos vender a cidade”, no sentido de melhorar a competitividade territorial e angariar “benefícios” externos para o município, aproximando a gestão pública da lógica empresarial e transformando o Rio de Janeiro em cidade-*commodity* (VAINER, 2000). Vejamos nas palavras do próprio chefe do executivo municipal:

Não podemos deixar de divulgar a cidade. Precisamos vendê-la bem. Não adianta ser bonita e não ser bem tratada. Comparo o Rio a uma modelo internacional. Precisamos dar um tratamento privilegiado aos locais turísticos, precisamos cuidar bem de locais como a Lapa, com corredores iluminados, com revitalização e ordem, sempre trabalhando em parceria, principalmente com as forças de segurança.

(Eduardo Paes, 2008, Coletiva de Imprensa. Grifo nosso.)<sup>11</sup>

As palavras proferidas pelo novo Prefeito – “vender”, “revitalizar”, “ordem” e “segurança” – demonstram a prioridade no reordenamento do solo urbano e a estratégia de gentrificação<sup>12</sup> utilizada pelo poder público local. Na capital fluminense, assim como em diversas metrópoles do mundo ocidental, verifica-se que “a linguagem do renascimento urbano é a prova da generalização da gentrificação na paisagem urbana” (SMITH, 2006, p.61).

Em tempos de megaeventos e de configuração do Rio como metrópole global,

---

11 Coletiva de imprensa feita para a apresentação do novo Secretário Municipal de Turismo, Antônio Pedro Figueira de Mello. Fonte: <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2008/11/13/ult4728u20510.jhtm> (Acessado em 16/04/2015)

12 O conceito *gentrification* foi formulado pela socióloga inglesa Ruth Glass na década de 1960. “Foi quase poética a forma como Glass contou a novidade desse novo processo do qual a nova *gentry* urbana, isto é, as famílias de classe média, tinham transformado os bairros operários”. (Smith, 2006, p.60)

a ideia de realocação de setores populares é retomada com força, visando, sobretudo, o potencial turístico da cidade, o que significa sua adequação a um novo tipo de usuário desses espaços e a um novo modo de habitar esses lugares. Os que não se adaptam a essa nova realidade e rejeitam as mudanças podem sofrer um processo estigmatizador como “não civilizados”. Observa-se, nesse sentido, que áreas populares que passaram por intervenções de obras públicas vem mudando o perfil de seus usuários e moradores locais, passando a figurar no circuito turístico da cidade, como no caso emblemático da revitalização da região portuária com o projeto “Porto Maravilha”, incluindo a demolição da Avenida Perimetral, as obras de embelezamento da Praça Mauá, a abertura ao público do Museu de Arte do Rio (MAR), a instalação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) e a construção do Museu do Amanhã.

Na ocasião da entrega das últimas unidades habitacionais em Triagem, presenciemos o prefeito do Rio, Eduardo Paes, pronunciar em seu discurso que “todo mundo que constrói sua vida quer, desde muito cedo, a sua própria casa. Estamos entregando hoje os últimos 740 apartamentos aqui no Bairro Carioca, resolvendo o problema de muita gente que não conseguia ter a segurança de dormir tranquilo em seu próprio lar<sup>13</sup>”. A última frase pronunciada pelo prefeito foi digna de nota, pois não conseguir “dormir tranquilo” em sua fala representava apenas as ameaças físicas, climáticas e ambientais, como as chuvas e os desmoronamentos, mas não as ameaças sociais derivadas da ação do próprio Estado, diante de seu monopólio do uso da força. Perturbações que se abatem sobre o cotidiano como, por exemplo, acordar com o barulho e com a presença das escavadeiras da Prefeitura em sua rua, ou ainda ter sua casa identificada por um número qualquer seguinte à sigla da Secretaria Municipal de Habitação – SMH, eram descartadas, na fala do representante político, do quadro de sentimentos sociais vividos pelos reassentados. Afinal de contas, uma porta de entrada, uma parede externa ou um muro que tenha sido marcado por *spray* ou por uma lata de piche, só realça, por parte do Estado, as marcas estigmatizantes das favelas, experiência de humilhação pública que é objeto de reclamações constantes por parte dos moradores dessas áreas consideradas “condenadas”, “de risco” ou “de interesse público”. Termos esses que se referem à construção de uma variada

---

13 <https://www.facebook.com/eduardopaesRJ/photos/a.185410574859103.45643.165276720205822/692533260813496/?type=1&theater>

*retórica dos motivos* (BURKE, 1950), servindo como justificativa oficial para as remoções no Rio de Janeiro.

Ao observar os dispositivos discursivos utilizados pelo prefeito em nome do governo, surgiu o interesse em compreender a perspectiva daqueles que recebem as chaves de um apartamento num ritual político como *benesses*, após terem suas casas postas abaixo em várias favelas longe dali, muitas vezes referidas como uma vizinhança problemática e indesejada pela população situada nos melhores bairros da cidade. Assim, nos colocamos na tentativa de construir uma *perspectiva genealógica*, tal como Michel Foucault (2008) nos ensina em *Microfísica do Poder*<sup>14</sup>, buscando permitir a emergência de suas falas, percepções e pontos de vista tantas vezes desconsiderados e esquecidos por representantes políticos e por seu corpo técnico-administrativo.

Também nos interessa ouvir e assinalar os discursos contraditórios dos representantes oficiais, as disputas entre concepções internas e as dissonâncias entre gestores, compreendendo que o Estado não é monolítico e acabado, mas, ao contrário, possui suas nuances, fissuras e incongruências. Em novembro de 2014, Jorge Bittar, ex-Secretário Municipal de Habitação do Rio de Janeiro (2009-2012), responsável pela implantação do Bairro Carioca como projeto político de destaque, concedeu uma entrevista para esta pesquisa. A seguir, um trecho dessa entrevista que consideramos peça-chave para nossa análise:

[Rodrigo Ribeiro] “Nesse processo dos reassentamentos, muitos moradores reclamaram que houve pouco ou nenhum diálogo com a Prefeitura, do ponto de vista da abordagem do poder público. A SMH usava até piche!...”

[Jorge Bittar] “Vamos esclarecer: isso foi objeto de críticas, mas não dos moradores, necessariamente. Teve muitas críticas de segmentos do movimento social. Eles chegam ao cúmulo de

---

14 Foucault (2008) explica que utilizou o conceito de *genealogia* a partir da obra de Nietzsche, configurando uma tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade. Propõe então uma genealogia dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder, que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes – sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, etc. – e como esses micropoderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado.

dizer que, se chegar numa determinada casa na favela e colocar um número 345, ou outra coisa qualquer [na fachada], é uma coisa nazista, mas não tem nada disso!

Eu, quando chego numa favela, tem lá um projeto de urbanização a partir de um diagnóstico da Geo-Rio, que é o órgão especializado em análises de riscos geológicos. Ele [o relatório] me diz assim, por exemplo: ‘o cocuruto desse morro é uma área de instabilidade geológica. Sob determinadas condições, como as chuvas, ele pode deslizar’, o que significa que coloca em risco todo mundo que mora ao redor daquela área. Então, eu tenho que reassentar essas famílias por uma razão objetiva e concreta. E o que a gente faz? Oferece, geralmente, a cada família no reassentamento três alternativas que estão num decreto municipal, que foi todo revisto por mim, no qual todos devem ser abordados de maneira democrática. No decreto está dito isto!

Você já viu um decreto que fala sobre método? Eu fiz questão de colocar isso. E por que? Porque numa prefeitura de composição dirigida pelo PMDB, tem gente de esquerda? Sim, como quem estava lá na nossa Secretaria, mas tem funcionário que está acostumado com as políticas do passado, eles pegavam o ‘cara’ [morador de favela] e falava ‘perdeu’, e coisa e tal! E tem até gente ligada ao prefeito [Eduardo Paes], como é o caso do Subprefeito da Barra, chamado Thiago Mohamed, que ia para cima das famílias barbarizando, na época da construção da Transoeste. Uma das razões do reassentamento é área de risco, outra são obras públicas e a terceira são famílias com habitações muito precárias, morando na beira da rua, encostado na linha do trem, morando nas ruas dentro do Mercado São Sebastião, a gente teve muitos casos assim.

(...) se a ‘Dona Maria’ mora na Mangueira e eu ofereço um imóvel em Cosmos, que fica ali entre Campo Grande e Santa Cruz, ela tem todo o direito de reclamar, inclusive isso viola a Lei Orgânica do município, que diz que o reassentamento deve se dar em áreas próximas onde o inquilino morava. A não ser que ela fale: ‘Eu quero ir pra Santa Cruz porque tenho familiares...’. Aí é uma situação voluntária, mas não usual. O usual é que ela queira estar a onde esteja morando, porque os filhos estão na escola, já tem todo uma relação comunitária”. (Entrevista com Jorge Bittar, 24/Nov/2014)

Vale destacar duas concepções vigentes na gestão municipal a partir dessa declaração. A primeira diz respeito às “tecnologias do governamental” (CHATTERJEE, 2004), diante das quais determinadas práticas crescem e se consolidam em detrimento de políticas cidadãs. O ex-secretário, quando apresenta como legítimo apenas o discurso da Geo-Rio na qualidade de órgão técnico do Estado, desconsidera o saber local e a participação dos cidadãos nos processos de decisão sobre os reassentamentos, tratando-os apenas como população a ser administrada.

A outra questão a ser pontuada se refere aos agentes do Estado, que, em seus discursos, práticas e campos de atuação, podem se mostrar contraditórios, sobretudo diante dos processos de alocação da responsabilidade. Afinal, por mais que a SMH faça parte de um programa habitacional e coordene uma ampla política de reassentamentos envolvendo a cidade como um todo, o ex-secretário deposita exclusivamente nas ações da Subprefeitura da Barra da Tijuca e Jacarepaguá os problemas gerados no processo de remoção de moradores, eximindo-se de qualquer responsabilização pelos eventuais usos do poder, da força e da violência.

## Considerações Finais

A atual política habitacional do Rio de Janeiro e do Brasil se concentra na produção massiva de apartamentos pelo *Programa Minha Casa Minha Vida*, concentrados, sobretudo, na Zona Oeste da cidade, sendo o Bairro Carioca uma das raras exceções nessa geografia urbana. Essa política retoma antigas concepções na formulação das habitações de interesse social, privilegiando a construção de grandes conjuntos habitacionais. Entretanto, dessa vez, seguindo a nova lógica do modelo condominial. O resultado, até o momento, dessa política, foi o avanço na segregação territorial dos moradores de baixa renda e a aceleração do processo de reordenamento urbano que a cidade está vivendo no contexto das obras públicas com a justificativa imperiosa da realização das Olimpíadas.

A inclusão dos moradores de baixa renda no modo de habitar dos *condomínios exclusivos* (FERREIRA DOS SANTOS, 1981) traz grandes consequências como o isolamento espacial, a insegurança, a individualização e a falta de uma vida associativa que estimule a gestão em comunidade (CEFAÏ; VEIGA & MOTA, 2011). Nesse sentido, um estudo sistemático nos recém construídos conjuntos habitacionais de grandes dimensões se faz necessário. Compreender o



processo de adaptação dos moradores, seus conflitos, angústias e hierarquizações, assim como observar a atuação do poder público nessas localidades, integram nossa proposta de pesquisa empírica de caráter etnográfico, em consonância com a tradição teórico-metodológica de estudos sociológicos sobre o tema, ao longo de mais de cinco décadas, no Rio de Janeiro.

Sendo assim, vivemos em um momento frutífero de crescimento de investigações contextualizadas sobre políticas urbanas, sobretudo na atual conjuntura da metrópole carioca. Pesquisadores de arquitetura e urbanismo, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, historiadores, geógrafos, demógrafos, economistas, planejadores urbanos e regionais estão se debruçando para tentar compreender e interpretar o atual momento histórico e político.

Por fim, consideramos que estudos de avaliação pós-ocupação realizados em conjuntos habitacionais podem contribuir para o reconhecimento das práticas sócio-espaciais que norteiam as transformações promovidas pelos moradores no ambiente. Mais do que isso, tais estudos certamente poderão apontar para a formação de alternativas de projetos que busquem a integração plena dos moradores com a cidade, e não a reprodução de determinadas políticas estigmatizantes voltadas para um público alvo definido, reforçando assimetrias e constrangimentos sociais.

Recebido em julho de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.

---

## Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Corpo**. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- BRUM, Mario Sergio. **Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- BURKE, Kenneth. **A Rhetoric of Motives**. New York: Prentice-Hall, 1950.
- CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói, Eduff, 2011, p. 9-63.
- CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, Modernidade e Política**. Salvador: EDUFBA, 2004.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. **Dossiê Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Junho de 2014. [https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014\\_web.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf) (Acessado em 10/07/2014)
- CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “Diz-me onde moras e te direi quem és”: um estudo de hierarquia habitacional na Cidade Alta - Rio de Janeiro. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v.14, n.105. Florianópolis: Ago-Dez/2013, pp. 120-138.
- ELIAS, Nobert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000 [1965].
- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. Condomínios exclusivos – o que diria a respeito um arqueólogo? In: **Revista de Administração Municipal**, ano 23, n. 160. Rio de Janeiro: IBAM, Jul-Set/1981, pp. 06-29.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução brasileira de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2008 [1979].
-

FREIRE, Letícia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. In: **O Social Em Questão** – ano XVI, nº 29. pp. 101-128.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Siciliano, 2008 [1963].

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e direito**. Rio de Janeiro: Pallas; PUC Rio, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

MACHADO, Maíra. Les copropriétés populaires à Rio de Janeiro, une nouvelle forme de cohabitation? In: CORNICK, Frédéric de & DEROUBAIX, José-Frédéric. **Ville Éphémère Ville Durable: nouveaux usages nouveaux pouvoirs**. L'oeil d'or. Université Paris-Est, 2008. pp. 193-204.

MELLO, Marco Antonio da Silva & SIMÕES, Soraya Silveira. Favela: arqueologia histórica e etnografia retrospectiva de uma categoria jurídica. Resenha do livro *Favelas do Rio de Janeiro. História e direito*, de Rafael Soares Gonçalves. In: **O Social em Questão**, Ano XVIII, nº 31. Rio de Janeiro: Dep. de Serviço Social - PUC Rio, 1º. sem.2014, pp. 255-262.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN (org.), **De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo, Annablume, 2006. pp. 60-87.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, pp.75-103.

VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva. O experimento de Tobiki: reflexões sobre a didática magna da prosperidade. In: **Fórum Educacional**, n.13, vol.1/2. Rio de Janeiro: FGV, 1º./2º trim., Fev-Mai/1989, pp. 03-25.